



ÁREA TEMÁTICA: Desenvolvimento Sustentável e Ambiente

Para uma sociologia da sociologia do ambiente em Portugal: um olhar sobre a estrutura de uma comunidade científica

FREITAS, André

Doutorando em Sociologia no ISCTE

CIES-ISCTE

andre.freitas@iscte.pt

Resumo

Adoptando como referente empírico um observável privilegiado, designadamente os congressos portugueses de sociologia, e como matriz teórico-metodológica estudos da sociologia da ciência, o presente estudo pretende trazer inteligibilidade à estrutura do campo da sociologia do ambiente em Portugal para, desta forma, restituir a esta disciplina uma certa consciência de si própria.

Com vista a esse desiderato, submeteu-se a prática da sociologia do ambiente a uma análise sociológica, de modo a perscrutar os mecanismos sociais que a orientam, atentando, sobretudo, para três eixos centrais: protagonistas e respectivas pertenças institucionais; linhas temáticas predominantes; e estratégias metodológicas privilegiadas.

Palavras-chave: Sociologia do Ambiente; Sociologia da Ciência; Congressos Portugueses de Sociologia.





Introduçãoⁱ

Ao passo que o triunvirato composto por Marx, Durkheim e Weber tende a perspectivar a produção científica como um entidade externa, como se a sociedade não exercesse influência sobre a ciência, Merton (1973) soergue a ciência a objecto privilegiado de análise sociológica ao advogar que esta não é independente da sociedade que a envolve e em que está implicada. Constitui, isso sim, uma instituição social específica e munida de uma autonomia relativa, sendo verosímil, por conseguinte, submetê-la a objecto de pesquisa, de molde a pôr a descoberto e reconstituir as suas lógicas e dinâmicas sociais idiossincráticas, mas também as suas ambivalências e agendas de prioridades. Em suma, esta perspectiva, que tem em Merton o seu precursor e em Bourdieu um seu paladino, em lugar do estudo do modo como a ciência influencia a sociedade, interroga-se sobre o modo como a sociedade influencia a ciência.

Os sociólogos são comumente referidos como se a uma comunidade científica pertencessem. Kuhn “elaborou a ideia de «comunidade científica» ao enunciar que os cientistas formam uma comunidade fechada cuja investigação assenta num leque bem definido de problemas e que utilizam métodos adaptados a esse trabalho” (Bourdieu, 2001: 28). Desponta, por conseguinte, uma inquietação que espoletará a presente investigação: traduzirá essa ideia de comunidade científica um grupo social homogéneo e coeso?

Não sendo pretensão deste trabalho passar em revista as principais críticas que têm sido dirigidas àquele conceito, importa sublinhar que a noção de *campo científico*, defendida por Bourdieu (2001), em substituição do de comunidade científica, permite romper com a ideia de que os cientistas formam um grupo unificado ou até homogéneo, convergente nas motivações e interesses que os orientam. Em seu lugar, emerge um campo matizado como lugar de luta e de concorrência entre agentes que ocupam posições dissemelhantes e não como um espaço social monolítico onde se estabelecem relações de natureza comunitária.

Nesta perspectiva, os congressos, para além de representarem importantes marcos da crescente afirmação e institucionalização da sociologia e de, por isso, se afigurarem como uma concreção da construção, solidificação e expansão de redes, imprescindíveis ao desenvolvimento da actividade científica, não deixam de constituir uma arena privilegiada onde os grupos interagem, procurando reproduzir ou subverter a sua respectiva posição na estrutura da distribuição do capital científico.

Segundo o sociólogo francês, a estratégia individual, as aspirações e os interesses científicos de cada agente não podem ser compreendidos independentemente do lugar que estes ocupam no campo, o qual, por sua vez, condiciona as trajectórias individuais. Poderíamos, a esta luz, acoplar à ciência a perspectiva recursiva da natureza da vida social de Giddens, na qual estrutura e acção estão simultaneamente presentes na actividade humana. É assim nos interstícios da tensão entre o determinismo e a liberdade que as instituições proporcionam que se joga a acção humana.

Destarte, com base num trabalho teoricamente orientado pela «teoria dos campos» de Bourdieu e empiricamente fundamentado a partir do figurino empírico constituído pelas Actas dos Congressos da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)ⁱⁱ, procurar-se-á deslindar protagonistas (instituições e equipas) que se dedicam ao estudo das complexas relações entre sociedade e ambiente, com o fito de compreender de que modo os investigadores, embora pertencendo a um mesmo grupo profissional, se diferenciam ao nível da prática científica concreta, designadamente no que aos temas abordados e formas de os abordar diz respeito.

É com o objectivo de reflectir sobre estas questões que tecer-se-á, em seguida, uma rememoração, ainda que resumida a traço muito grosso, sobre os principais aspectos que pautaram a emergência da sociologia do ambiente em Portugal.



1. A emergência do ambiente no campo da sociologia Portuguesa: breves apontamentos contextualizadores

Compreender a que complexo encadeamento de circunstâncias devemos imputar a emergência da sociologia do ambiente implica, antes de mais, atentar para as tendências internacionais. Este ramo disciplinar constituiu-se, sobretudo, a partir dos anos 70, com as propostas de Catton e Dunlap. Desde esta data têm vindo a ter lugar duas transmutações societárias. Uma na sociedade em geral, uma vez que a crise energética do início dos anos 70 (1973-1974) – antecedida pelas primeiras grandes marés negras que afectaram o Ocidente – e a Conferência de Estocolmo em 1972, haviam suscitado importantes mobilizações políticas e institucionalizado uma preocupação pública que começava a solicitar um sentido ecológico; e outra na ciência que a estuda reflexivamente, a sociologia, que se desenvolveu nas sociedades ocidentais num contexto sócio-cultural de exuberância, optimismo tecnológico e crença no progresso ilimitado e na isentabilidade dos homens em relação a constrangimentos ambientais e que, como tal, não incorporou nas suas tradições de pensamento grandes preocupações ecológicas.

Entre nós, e sobrevivendo uma sociedade indelevelmente pautada por um movimento de industrialização serôdio e incipiente e pela predominância de uma sociedade centrada sobre valores rurais tradicionais, muito associados ao Estado Novo, não surte perplexidade que a questão ambiental tenha eclodido com algum desfazamento, sendo “inicialmente mais induzida pelas pressões resultantes do processo de adesão à União Europeia do que por dinâmicas internas à própria sociedade portuguesa” (Lima *et al*, 1996: 205). Vai neste sentido que, num curto período de tempo, Portugal tenha transitado abruptamente de uma sociedade rural depauperada, mas sem pronunciadas afectações ambientais, para uma sociedade «pseudo-modernizada»ⁱⁱⁱ.

A sociologia do ambiente em Portugal – e os seus problemas de investigação, princípios teóricos e estratégias metodológicas – revelou-se, assim, muito permeável à tardia ressonância e integração política e institucional das questões ambientais.

Pese embora esse atraso, perante a veemência com que as questões ambientais se impuseram nos últimos anos, a procura de produtos sociológicos foi-se diversificando com a aquisição de novos domínios nas pesquisas empíricas. “Aliás, numa estratégia de activa afirmação da sociologia como a que se está propondo, há lugar para uma linha de actuação ainda mais avançada: consiste ela em usar as competências específicas do ofício no sentido de ampliar e reestruturar o próprio elenco dos problemas sociais relevantes” (Pinto, 1992: 186). Madureira Pinto parece apontar, em 1992, para a acuidade e proficuidade da constituição de uma sociologia do ambiente ou, pelo menos, para a ausência de confinamento temático como, aliás, foi timbre da sociologia portuguesa desde o início da abertura democrática.

Hoje a sociologia do ambiente já granjeia visibilidade académica própria através de um estatuto de disciplina curricular em diversas instituições públicas e privadas de ensino superior; equaciona-se, ainda, a muito breve trecho, mestrados que se arroguem mais incisivamente sobre a relação entre ambiente e sociedade; por outro lado, alguns marcos de internacionalização^{iv} têm vindo a ser progressivamente franqueados, de que o caso mais notável será o módulo de ambiente do *International Social Survey Programme*. Todos estes elementos são profundamente constitutivos da institucionalização e composição de um campo científico.

A ainda recente institucionalização desta “disciplina indisciplinadora” (Freitas, 2007: 102) que tem vindo a borbulhar à superfície do quadro disciplinar *mainstream*, parece decorrer de uma dinâmica de reflexividade sociológica, germinada, simultaneamente, dentro e fora das universidades portuguesas. A este respeito, não será despiciendo evocar o papel do Núcleo de Ecologia Social (NEC-LNEC), o qual, integrado num laboratório do Estado (o Laboratório Nacional de Engenharia Civil), tem vindo, desde 1985, a dar resposta a uma variedade de solicitações, sob a forma de estudos sobre comunidades urbanas.



Compreensivelmente, perante a insuficiência de estudos de base sobre a dilemática social dos problemas ambientais em Portugal, impôs-se a necessidade de realizar investimentos iniciais muito pesados neste domínio. Daqui decorre a fundação do Observatório de Ambiente, Sociedade e Opinião Pública (OBSERVA^v) em 1996, o qual, sob a batuta de João Ferreira de Almeida, Luísa Schmidt^{vi} e Joaquim Gil Nave, mostra-se disponível para propor análises sobre a evolução recente neste domínio e, com isso, estabelecer patamares consistentes para novas, e cada vez mais aprofundadas, rotas de investigação.

Nos entretantes, a degenerescência da sociologia rural tem vindo a operar reconfigurações no campo da sociologia. Alguns agentes que se ocupavam sobretudo daquele domínio operam uma inflexão temática e paradigmática da sociologia rural para a sociologia do ambiente (casos de Joaquim Gil Nave e Aida Valadas Lima); outros conspícuos protagonistas, como João Ferreira de Almeida, multiplicam os seus interesses no quadro *mainstream* da sociologia. Abordar o contexto sociológico português a este respeito implica falar de espaços de fronteira disciplinares. Como sugere Gilberto Velho (2005: 11), “o cientista social necessariamente transita, mesmo quando não o assume de modo explícito, por essas variadas especializações, cujas fronteiras são (...) fluidas” e socialmente construídas, segundo dinâmicas que regularmente se submetem a relações de poder e alianças entre segmentos do universo científico.

Os congressos organizados pela APS não deixam de reflectir esta transmutação no campo da sociologia do ambiente. A repartição temática dos trabalhos apresentados nos cinco congressos da APS realizados até ao presente dá uma ideia panorâmica da evolução da pesquisa desenvolvida nas últimas duas décadas. Os arranjos temáticos têm vindo a insinuar o carácter semanticamente plástico por onde a disciplina da sociologia do ambiente se move. O tema do ambiente, quantas vezes subsumido noutras designações, encontra-se adstrito a uma pluralidade de orientações e interesses de investigação que têm vindo a caracterizar o próprio desenvolvimento da sociologia em Portugal.

Com efeito, mal grado as primeiras comunicações sobre a sociologia do ambiente datarem apenas do II Congresso Português de Sociologia, sob o enquadramento de painéis como «Mudança Social, novos valores, modos de vida, identidades» ou «Teorias, metodologias, epistemologias», apenas em 1996 surgiu um painel que mais incisivamente enfocou o tema do «ambiente», nomeadamente a partir de um grupo de trabalho que se debruçou sobre o «Ambiente e Qualidade de Vida». Contudo, no IV Congresso o epíteto «Ambiente» eclipsou-se do enlencamento atinente a este Congresso. A sociologia do ambiente apenas viria granjear um espaço próprio aquando do V Congresso, ocorrido em 2004. Fica assim demonstrado como a distribuição por diversas sessões, tematicamente significativas, do conjunto amplo de comunicações inscritas, não se processa de forma hermética, mas, isso sim, segundo algumas afinidades temáticas que não deixam de acolher contributos contíguos.

Após esta contextualização, a investigação desenrolar-se-á em torno de três eixos de estruturação deste campo científico: actores e instituições, temas específicos de reflexão privilegiados e estratégias metodológicas dominantes.

2. O Ambiente na investigação sociológica em Portugal

2.1. Instituições e protagonistas

Como nos revelam as teorias neo-institucionalistas (Fernandes, 2006; Nee, 1998), as instituições, enquadrando, estabilizando e regulando as interações dos indivíduos com os seus conjuntos de regras, produzem padrões de condutas. Como eloquentemente resume Patrícia Ávila (1998: 100), “a prática científica, considerando desde os problemas de pesquisa concretos até aos instrumentos e técnicas de análise disponíveis, não é certamente independente do contexto organizacional ao qual o investigador pertence e a das oportunidades concretas que este lhe confere ou dos constrangimentos específicos que lhe impõe”.



Submeter ao crivo sociológico o campo da investigação, implica, por conseguinte, incorporar a dimensão institucional, enquanto um dos factores, a um só tempo, condicionadores e habilitadores da actividade científica.

A ciência distingue-se pelas formas de trabalho dos cientistas e, em particular, pela importância do trabalho em equipa. A coberto do exposto, justifica-se um relance para o gráfico 1, o qual pretende captar a autoria das comunicações.

Num plano geral, as comunicações individuais reflectem a prática mais usual (71%) de apresentação pública de trabalhos, levada a cabo pelos cientistas que acompanham a complexidade dos processos sociais que permeiam as relações de determinação mútua entre ambiente social e ambiente biofísico. Apesar da autoria individual ser predominante, a autoria colectiva, responsável por 29% das comunicações, tende a corresponder a projectos de investigação de maior envergadura e a financiamentos mais continuados e está umbilicalmente associada a duas equipas âncora deste campo de produção sociológica, o OBSERVA e o NEC-LNEC. Por outro lado, o facto de muitas das comunicações individuais apresentadas aos congressos traduzirem trabalhos de investigação realizados para obtenção de graus académicos, pode, de *per si*, congregar alguma aderência explicativa para o número elevado de comunicações individuais.

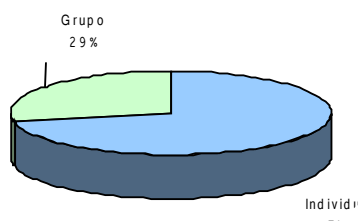


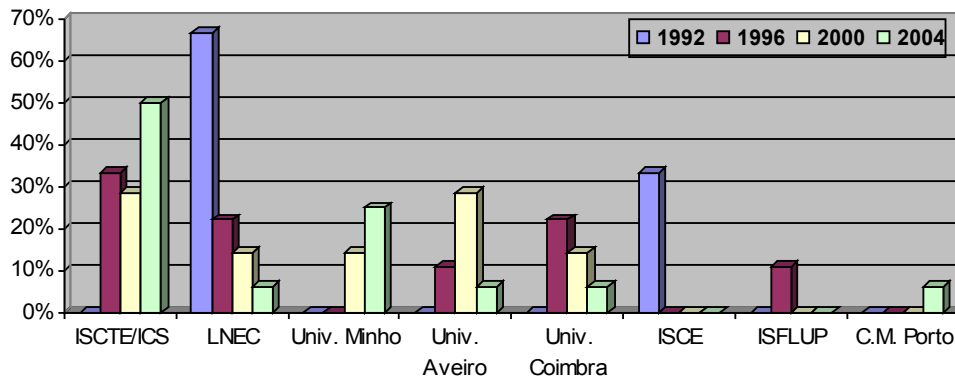
Gráfico 1 – Autoria das comunicações

Região	Instituição	%	% acumulada
Lisboa	ISCTE/ICS	37,1	37,1
	LNEC	17,1	54,3
	ISCE	2,9	57,2
Minho	Univ. Minho	14,3	71,4
Aveiro	Univ. Aveiro	11,4	82,9
Coimbra	Univ. Coimbra	11,4	94,3
Porto	ISFLUP	2,9	97,1
	C.M. Porto	2,9	100,00

Quadro 1 – Pertença institucional dos autores de comunicações no âmbito da sociologia do ambiente nos congressos da APS entre 1985 e 2004, segundo as regiões.



Gráfico 2 – Pertença institucional dos autores de comunicações no âmbito da sociologia do ambiente nos congressos da APS entre 1985 e 2004, segundo a cronologia dos congressos



A identificação dos autores das comunicações, bem como o levantamento do conjunto diversificado das suas pertenças institucionais e dos quadrantes territoriais em que se inscrevem, constitui um passo essencial para uma análise do campo. De acordo com o quadro 1, é possível identificar que, não obstante os dois últimos congressos se terem realizado fora da capital, pouco mais de metade das comunicações (57%) provêm de Lisboa. Os seus principais agentes são, indiscutivelmente, o ISCTE e o ICS, os quais, com 37% do total de comunicações, açambarcam protagonismo neste campo. Com efeito, o ISCTE e o ICS têm manifesto ascendente nas últimas três edições do congresso organizado pela APS. A este respeito, importa atentar para o gráfico 2, o qual atesta que estas duas instituições reúnem 50% das comunicações submetidas ao último congresso. Para estes valores concorrerá, sobremaneira, um observatório que apresenta uma equipa composta por sociólogos e que têm vindo a desenvolver produção relevante na área da sociologia do ambiente – o que não deixa de se traduzir nos congressos onde os seus investigadores estão presentes e aproveitam para divulgar os seus trabalhos – e que resulta precisamente de um consórcio entre estas instituições.

A equipa do NEC-LNEC é responsável por 17% das comunicações, sendo que, ao invés do que sucede com o ISCTE/ICS, tem vindo gradualmente a diminuir a sua posição relativa nos congressos de sociologia em benefício de outras instituições. Foi, ainda assim, profundamente importante num período de efervescente consolidação, afirmação e reconhecimento social da sociologia do ambiente em Portugal, ou não tivesse sido responsável por 67% do total de comunicações ao congresso de 1992 e 22% ao congresso de 1996.

O Minho é a segunda região com mais comunicantes, logrando apresentar 14% do total de comunicações, mais três valores percentuais do que aqueles registados em Coimbra. Estes valores não são despididos nem destituídos de sentido, porquanto não serão indiferentes ao facto do IV e V Congressos Portugueses de Sociologia terem tido lugar fora de Lisboa, respectivamente em Coimbra e no Minho. Ao abalarem os efeitos centrípetos que sobre Lisboa não raramente se fazem sentir, estes dados parecem sinalizar o estado de consolidação científica da sociologia do ambiente em Portugal.

De facto, as instituições de Aveiro e Coimbra concorrem, ambas, com cerca de 11% do total de comunicações. Assoma aqui uma primeira perplexidade que decorre do facto de Aveiro não ministrar cursos de Sociologia. Este não é, contudo, um assomo da permeabilidade aos contributos teórico-metodológicos de outras ciências, reminiscências da fase precursora da sociologia portuguesa, mas parece antes ficar a dever-se sobretudo ao papel de Elisabete Figueiredo que vem desenvolvendo basto trabalho sociológico no departamento de ambiente e ordenamento da Universidade de Aveiro.

Por fim, a Universidade do Porto, uma instituição com grande tradição na sociologia portuguesa, aparece aqui representada com uns diminutos 3%, os mesmos valores percentuais auferidos pela Câmara Municipal do Porto e pelo Instituto Superior de Ciências Educativas (ISCE). Ainda mais surpreendentemente, entre a



generalidade das instituições presentes, é o facto de universidades de grande longevidade não aparecerem aqui representada, sendo caso disso a Universidade de Évora.

Outros vazios despontam, designadamente o facto do peso das universidades privadas ser residual e de não se fazer sentir nestes encontros o peso de centros extra-universitários não estatais vocacionados para a investigação social de fenómenos ambientais, pólos que crescentemente se vão insinuando e se constituindo como vectores de estruturação do campo mais lato da sociologia em Portugal.

Ainda assim, o número significativo de comunicantes que trabalham fora do contexto universitário sugere que a sociologia do ambiente, à semelhança da sociologia *mainstream*, tem vindo a demonstrar a capacidade de evitar anacrónicas dissociações entre as exigências da investigação científica, por um lado, e a intervenção social profissionalizada, por outro, o que não pode deixar de ser entendido como uma manifestação expressa do que António Firmino da Costa (1988) considerava ser o arquétipo de cultura de associação entre ciência e profissão. Perfazendo 20% do total de comunicações apresentadas, o número agregado de comunicações que provêm do LNEC e da C.M.Porto, indicia, justamente, o alargamento dos papéis profissionais dos sociólogos.

2.2. Principais linhas temáticas

A análise social dos fenómenos ecológicos constitui, hoje, uma actividade importante da sociologia. Na última década tem-se assistido a uma produção assinalável de trabalhos organizados em algumas linhas de pesquisa, pelo que importa agora percorrer a sua variabilidade temática. O trabalho de análise e sistematização das actas dos encontros permitiram individuar oito grandes áreas temáticas (gráfico 3).

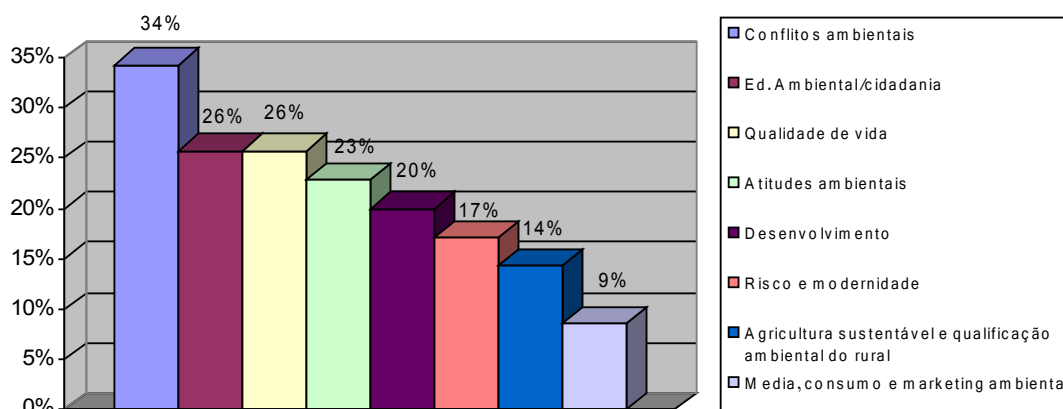


Gráfico 3 – Linhas temáticas predominantes nas comunicações no âmbito da sociologia do ambiente nos congressos da APS, entre 1985 e 2004

Uma primeira nota para salientar a diversidade temática que permeia este campo específico (onde as comunicações percorrem, com frequência, vários domínios temáticos), bem como o peso variável que estes temas apresentam. Tanto quanto os dados empíricos recolhidos permitem mostrar, a investigação sociológica no campo do ambiente parece dominada por um tema forte que respeita aos conflitos ambientais (34%). Abrangente no seu conteúdo, este domínio temático encerra trabalhos sobre o ambientalismo, abarcando, do mesmo passo, comunicações que ora colocam o acento tónico no fenómeno NIMBY (*Not in my back yard*), ora nas dissemelhantes visões e prioridades face ao território e face aos recursos naturais nutridas pelas populações locais e visitantes, ora ainda na dilemática da modificação da natureza por intervenção humana, a qual reclama a emergência de novos conflitos sociais marcados pela disputa da gestão ecológica, num quadro de escassez de recursos.



No entanto, os temas da educação ambiental, a que normalmente se associa a discussão sobre a cidadania, e o amplo leque de trabalhos que se debruçam sobre a qualidade de vida encontram-se também assaz representados no campo, compreendendo 26% dos trabalhos apresentados aos congressos.

Duas outras linhas temáticas importantes são as atitudes e valores ambientais (23%), muito inspiradas pelos grandes inquéritos e legado teórico de Riley Dunlap, e as análises que abordam mais detidamente o domínio do desenvolvimento (20%), também ele um domínio que encerra grande diferenciação temática interna. Ambas têm sido objecto de inquéritos representativos à população portuguesa sobre representações, atitudes e práticas dos nossos concidadãos, por via dos estudos de grande fôlego levados a cabo pela equipa de investigação do OBSERVA.

Finalmente, entre os trabalhos com menor expressão nos congressos, encontram-se os temas dos riscos e da modernidade; da agricultura sustentável e qualificação ambiental dos espaços rurais; e das esferas dos *media*, consumo e *marketing* ambiental. As diferenças entre estes temas parecem radicar no predomínio da linha temática sobre os riscos (17%), que sobreleva sobre os temas que gravitam em torno da agricultura sustentável e da qualificação dos espaços rurais, recorrentes em 14% das comunicações, e, bem assim, sobre a esfera dos *media*, consumo e *marketing* ambiental, apenas presente em 9% das comunicações analisadas.

Ao passo que o conceito de risco tornou-se fundamental para a maneira como leigos e especialistas organizam o mundo social, uma vez que o ambiente tende a surgir conotado com os riscos e com os problemas de uma natureza estragada pelas pessoas (*c.f.*, Almeida, 2000), os estudos que incidem sobre a qualificação ambiental dos espaços rurais prendem-se com o facto de Portugal ser um país com fortíssimos traços rurais. Por outro lado, algumas comunicações são claramente trabalhos de interface no que concerne a áreas de trabalho sociológico de referência, como é disso exemplo profuso o tema dos *media*, consumo e *marketing*.

Pela heterogeneidade temática que estes eixos de investigação comportam, é lícito afirmar que estamos, por conseguinte, perante objectos de estudo, cuja plasticidade, tende a encerrar múltiplas dimensões, cujos contornos não são nem mecânicos nem exclusivos. Sobrevindo um domínio analítico que se revela como um filão profundamente desafiador e interpelador da imaginação sociológica, importa indicar, contudo, que subsistem não só domínios cinzentos, como também vazios ou zonas de sombra intra-domínios, que desvelam condições de possibilidade para a sociologia do ambiente se desenvolver.

2.3. Estratégias metodológicas convocadas

A definição das estratégias de investigação é devedora do modo como a realidade social é interpelada. Observemos, finalmente, como se perfilam as tendências metodológicas de investigação no campo disciplinar da sociologia do ambiente.

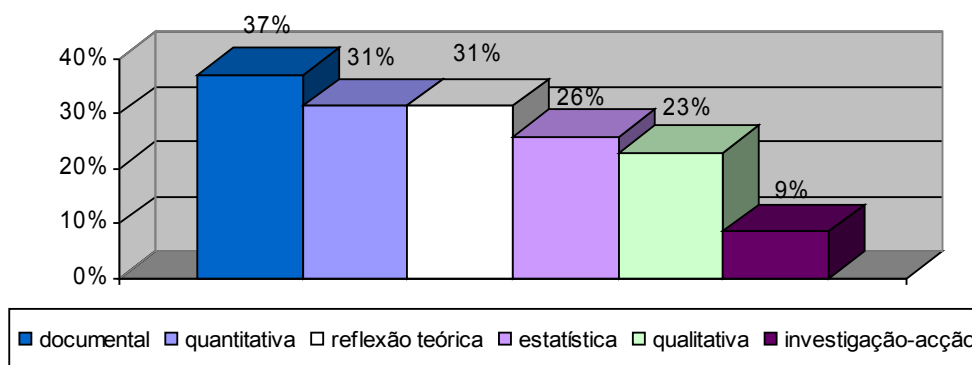


Gráfico 4 – Estratégias metodológicas convocadas nas comunicações no âmbito da sociologia do ambiente nos congressos da APS, entre 1985 e 2004



Nos congressos da APS, e ainda que seja predominante o recurso a combinações criativas, isto é, à co-presença de estratégias metodológicas, tendem a presidir estratégias metodológicas de cariz documental (37%) que se relacionam, sobretudo, com a análise de legislação e que se debruçam, amiúde, sobre os paradoxos decorrentes do facto do legislador português vir, desde há muitos anos, demonstrando preocupação pelos problemas ambientais – tendo o grande salto qualitativo sido atingido com a adesão à União Europeia –, sendo que esta postura normativamente zelosa é, contudo, contemporânea da agudização de problemas ambientais e de práticas não consentâneas.

Em segundo lugar entre as metodologias convocadas despontam as de natureza quantitativa (31%), nomeadamente com recurso ao inquérito por questionário. Com idênticos valores percentuais assomam textos de reflexão teórica que, a despeito de incidirem sobre elementos de constituição de uma sociologia do ambiente, trazendo assim a lume subsídios para uma cogitação e *praxis* interdisciplinar sobre o domínio do ambiente^{vii}, não abrigam metodologias de recolha de dados empíricos.

Foi ainda possível registar um número assinalável de comunicações de índole estatística (26%) e, bem assim, qualitativas (23%). Entre as estratégias metodológicas menos privilegiadas, é de assinalar a presença do método de investigação-acção (9%), com relevo para intervenções directas na comunidade em domínios como o realojamento. Por fim, cabe sinalizar a ausência de trabalhos de imersão etnográfica no terreno, os quais subsistem numa zona cinzenta em potência para a sociologia do ambiente.

2.4. Subsídios para uma análise topológica do campo

A caracterização dos contextos socioculturais e disciplinares em que se movimentam os autores que discorrem sobre temas afectos à sociologia do ambiente, assim como a compreensão dos objectos e das formas de os abordar, constitui um passo essencial para a compreensão das concepções teóricas, epistemológicas e metodológicas em presença. Muito do contraste entre estas deriva directamente da diversidade de instituições a que se referenciam. Uma proposta de conjunto que forneça contributos para a visualização desse contraste é-nos apresentada pela Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) que se apresenta em seguida. No fundo, pretende-se mapear algumas das principais coordenadas que orientam o espaço científico da sociologia do ambiente.

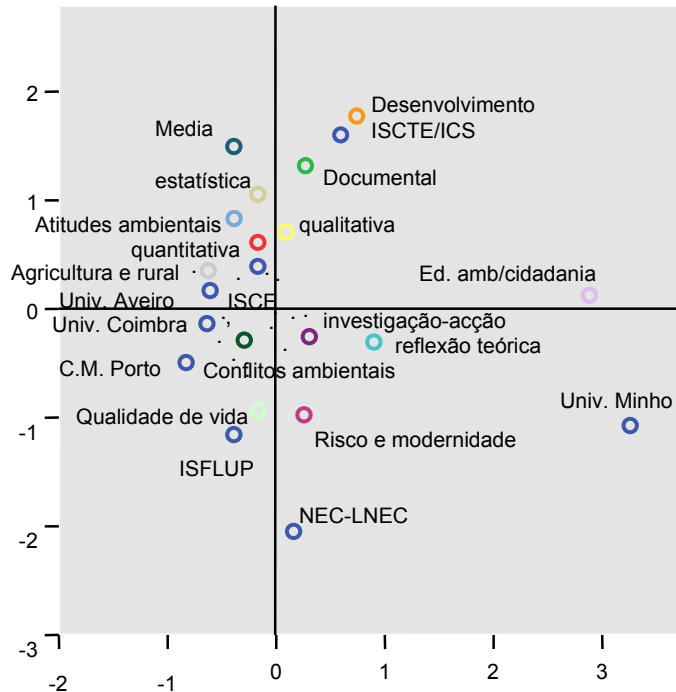


Figura 1 – Mapa do espaço científico da sociologia do ambiente

Atentando para a estrutura da relação de forças constitutivas do campo (Figura 1), importa antes de mais referir que não só não existe uma agenda de investigação comum à comunidade de sociólogos, como este heterogéneo acervo difere nas formas de abordar os enfoques temáticos privilegiados. Este campo disciplinar internamente muito diversificado exprime, assim, um espaço relacional onde os volumes e combinações de recursos se encontram desigualmente distribuídos, pelo que as instituições ocupam posições distintas na estrutura do capital científico, em consonância com um dos eixos da argumentação de Bourdieu, que enfatiza uma visão relacional ou estrutural do campo a que se associa uma filosofia disposicionalista da acção (c.f., Bourdieu, 2001: 52).

Apesar do carácter exploratório do presente trabalho obstar à reunião de todos os elementos que seriam necessários para formular comparações mais finas entre comunicações, a constelação de categorias presentes no plano bidimensional concorre fortemente para a constituição de segmentos entre o universo científico. Estes segmentos constituem geradores de práticas científica, os quais, se por um lado remetem para o carácter movente da produção sociológica, por outro, manifestando capacidade para se reproduzirem, imprimem uma marca estruturante no campo científico.

Ainda que não seja possível reconhecer, no domínio específico do ambiente, a constituição clivada de geradores contrastantes, no sentido em que a cada gerador corresponderia apenas a realização de actividades de determinado tipo e não de outros, surge como fundamental trazer à superfície um conjunto de tendências. Assim, quer no ISCTE/ICS, quer na Univ. de Aveiro, quer ainda no ISCE, há pluralismo metodológico, pese embora os elementos documentais e qualitativos tenham ascendente no ISCTE/ICS



(não tendo semelhante correspondência nas instituições do Porto e na Univ. de Coimbra) e as análises quantitativas e estatísticas recebam em Aveiro e no ISCE, particular adesão, ao invés do que sucede na Univ. do Minho e no NEC-LNEC, onde aquelas metodologias tendem a ser preteridas em razão da investigação-acção. Estas diferenças entre as metodologias recenseadas parecem configurar *dinâmicas internas* (e.g., Ávila, 1997: 35) específicas às diferentes filiações institucionais.

Um outro conjunto de questões que é importante sondar prende-se com as dominantes temáticas. O ICS e o ISCTE, pela dimensão e reconhecimento internacional que granjeiam, isto é, pelo capital simbólico acumulado^{viii}, constituem instituições particularmente estruturadoras do campo. Parece defensável considerar, por conseguinte, que os objectos para os quais estão disposicionalmente mais orientados, como é disso caso o «desenvolvimento», se revistam de uma relevância social e sociológica mais vasta.

Conquanto as problemáticas não sejam exclusivas de uma ou outra filiação institucional, numa conjuntura marcada pelo intenso confronto de ideias e de projectos sociais, cabe indicar que temas como a qualidade de vida tendem a estar adstritas às instituições do Porto; os conflitos ambientais encontram-se particularmente conectados com a Univ. de Coimbra; a Univ. de Aveiro debruça-se sobretudo sobre as questões da agricultura e da revalorização ambiental dos espaços rurais a par, aliás, das atitudes ambientais dos portugueses; por fim, é particularmente nítido o interesse do NEC-LNEC e da Univ. do Minho pelas questões do risco e modernidade, embora os temas da educação ambiental e para a cidadania também sejam pela Univ. do Minho trabalhados.

Globalmente, a partir da leitura das diferentes configurações coexistentes no mesmo espaço, vemos como os temas e metodologias dependem das posições ocupadas na estrutura do campo pelas instituições que enquadram esses trabalhos. Fica assim patente que as práticas científicas não são levadas a cabo por actores e instituições amovidos de interesses, ao contrário do que uma visão comunitária da ciência poderia alvitrar, pelo que é (socio)lógico reconhecer que a investigação reflecta essas tomadas de posição.

À guisa de conclusão

Procurado acompanhar os principais processos de mudança da sociedade portuguesa, a produção sociológica em Portugal tem vindo a diversificar os objectos de estudo e a investir em áreas de sombra. Entre os domínios de estudo emergentes da condição actual da sociologia portuguesa encontramos estudos sobre o ambiente, para o qual existe já um corpo basilar de conhecimentos cientificamente validados que, numa lógica cumulativa, está a criar as condições de possibilidade para que o domínio da sociologia do ambiente se afirme e se desenvolva no contexto da produção sociológica. Para este desiderato concorrem as reuniões magnas dos sociólogos portugueses, que não deixam de representar, também, caixas de ressonância do trajecto trilhado pela sociologia do ambiente em Portugal.

Porque nestes congressos não só se confirmam as interacções entre cientistas de especialidades afins, mas, de modo convergente, se verifica que parte significativa das relações são estabelecidas com profissionais que desenvolvem actividade fora dos meandros universitários – embora, não raramente, com eles estabeleçam um diálogo estreito – não será difícil reconhecer que os congressos constituirão espaços privilegiados para «combater o desperdício da experiência que nos cerca» (para recorrer à célebre expressão empregue por Santos, 2001). A sociologia portuguesa parece não exprimir, por conseguinte, e como Boaventura parece crer, práticas científicas «indolentes» e autistas.

Suscitando *weak ties* (Granovetter, 1983) que, amiúde, se revelam decisivos, ao incutirem erosão à tradicional «balcanização epistemológica» entre doutrinas *insiders* e *outsiders* (Merton, 1972), esta recíproca aproximação, proporcionada pelos congressos, entre saberes científicos e saberes operatórios, terá concorrido para que conhecidos maniqueísmos como os que foram opondo académicos a não académicos, não tenham chegado a ter entre nós densidade relevante.



Para além desta reflexão, este exercício reflexivo apresenta e colige alguns matizes de caracterização dos materiais apresentados aos congressos da APS, ainda que não pretenda apresentar respostas conclusivas para a interrogação de partida, mas tão-somente propor um conjunto de pistas que, em estreita articulação, permitem compreender melhor os mecanismos sociais que orientam a prática científica neste campo científico específico e multidimensional, no qual os indivíduos e as instituições se posicionam segundo o volume e a composição do seu capital.

Procurando trazer luz à estrutura desse campo, foi-nos dado a observar *quem, produz o quê, onde e de que forma*. Assim, e como se viu a partir de um foco pluriperspectivado do campo, não é indiferente à investigação prosseguida o facto dos autores terem determinada filiação institucional, se moverem por determinado meio ou serem sujeitos a determinadas influências intelectuais. Os enunciados analíticos e interpretativos a que se chegou relevam um campo científico internamente segmentado, o qual corporiza uma visão heterodoxa àquela que o conceito de comunidade científica una e homogénea poderia sugerir.

A multiplicidade de esquemas de inteligibilidade que visam a compreensão das relações de determinação mútua entre ambiente e sociedade é tributária da heterogeneidade da sociologia do ambiente, a qual granjeia assinaláveis benefícios, porquanto permite dar conta das contingências policromáticas dos complexos objectos de estudo de que se ocupa o sociólogo do ambiente. Destarte, sendo múltipla a relação e abordagem que a sociologia esquadrinha à problemática das inter-conexões entre as actividades humanas e o ambiente biofísico, será porventura mais frutífero e heurísticamente interessante aludir, doravante, a uma «sociologia das sociologias», no plural.

Referências Bibliográficas

- Almeida, João Ferreira (1990), "Discurso de Abertura do I Congresso Português de Sociologia", em *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século: Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, APS, Fragmentos, pp. 15-22.
- Almeida, João Ferreira (coord.) (2000). *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre Ambiente*. Oeiras, Celta e Observa.
- Ávila, Patrícia (1997), "A distribuição do capital científico: diversidade interna e permeabilidade externa no campo científico", *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, nº 25, pp. 9-49.
- Ávila, Patrícia (1998), "Práticas científicas: uma tipologia dos investigadores portugueses", *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, nº 26, pp. 85-119.
- Bourdieu, Pierre (2001), *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70.
- Costa, António Firmino (1988), "Cultura Profissional dos Sociólogos", *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, nº5.
- Fernandes, António Teixeira (2006), "Institucionalização e desinstitucionalização da vida social", em *Monotomia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 20-50.
- Freitas, André (2007), "Desenvolvimento e Mudança Paradigmática na Madeira: Atitudes Sociais sobre Ambiente", *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, nº 54, pp. 101-125.
- Granovetter, Mark (1973), "The strenght of weak ties", *American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380.
- Lima, Aida Valadas de, e Luísa Schmidt (1996), "Questões Ambientais – conhecimentos, preocupações e sensibilidades", *Análise Social*, nº 135, pp. 205-227.
- Merton, Robert (1972), "Insiders and outsiders: a chapter in the sociology of knowledge", *American Journal of Sociology*, 78 (1), pp. 9-47.
- Merton, Robert (1973), *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*, Chicago, University of Chicago Press.



Nee, Victor (1998), "Sources of the new institutionalism", em Mary C. Brinton e Victor Nee, *New Institutionalism in Sociology*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 1-16.

Nunes, Adérito Seda (1964), "Portugal, sociedade dualista em evolução", *Análise Social*, 7/8.

Nunes, Adérito Sedas (1988), "Histórias, uma história e a História - sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal", *Análise Social*, XXIV(100), pp. 11-55.

Pinto, José Madureira (1992), "Discurso de abertura do 2º Congresso Português de Sociologia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, nº 11, pp. 181-188.

Pinto, José Madureira (2004), "Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.

Santos, Boaventura de Sousa (2001), *A Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência*, Porto, Afrontamento.

Velho, Gilberto (2005), "O Futuro das Ciências Sociais e a importância de seu Passado", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 48, pp. 11-18.

ⁱ O presente *paper* baseia-se numa investigação realizada no âmbito do seminário “A Investigação Sociológica em Portugal”, do programa de doutoramento em Sociologia do ISCTE, tendo ainda beneficiado dos comentários do João Guerra. Para ele, como para o professor Fernando Luís Machado que conduziu a unidade curricular, o meu agradecimento.

ⁱⁱ Quer este balizamento empírico indicar que não é pretensão deste trabalho encetar uma reconstituição diacrónica de grande fôlego sobre a emergência e prática da sociologia do ambiente em Portugal, pois, naturalmente, trata-se aqui de um trabalho não exaustivo, a requerer a contribuição de outros referentes de produção científica, como são as teses ou os relatórios de pesquisa. *Ipsa facto*, pretende-se tão-só fornecer subsídios para uma discussão e reflexão sobre a produção sociológica no domínio do ambiente em Portugal a partir de uma amostra que integrou 35 comunicações, as quais glosam, a partir de polifacetados ângulos, aproximações sociológicas ao campo disciplinar. Ainda que este inventário não reúna nem traduza a totalidade da produção científica desenvolvida neste domínio em Portugal, não deixa de constituir já um património de referência deste campo disciplinar.

ⁱⁱⁱ Em 1964, Seda Nunes diagnosticava uma *sociedade dualista em evolução*. Este é, ainda hoje, um dos quadros referências basilares e constitutivos da contemporaneidade portuguesa.

^{iv} O grande desafio de que se ocupa hoje a sociologia é sem dúvida a internacionalização. Esta é habilitada pela profusão das experiências de trabalho em equipa e pela diversificação de redes de investigação. As recentes dinâmicas da sociologia portuguesa em geral, e da sociologia do ambiente, em particular, parecem, assim, apontar para uma crescente «internacionalização dos sujeitos» (dado que os sociólogos se movimentam cada vez mais na órbita das comunidades internacionais das ciências sociais, participando em inquéritos transnacionais como o IPSS) que segue a par de uma «internacionalização dos objectos» (estudo comparado de Portugal na União Europeia).

^v A designação adoptada pelos centros de estudo, laboratórios ou observatórios não é inócua. Constitui, por conseguinte, um traço epistemológico assinalável, denotando a forma de conceber a prática científica prosseguida, o ângulo de análise privilegiado e a sua tradição disciplinar.

^{vi} O facto de Riley Dunlap ter orientado a tese de doutoramento de Luísa Schmidt chama a atenção para a influência do processo de socialização dos cientistas, bem como para o papel que nele operam os grupos de referência, nomeadamente ao nível da estruturação das aspirações e projectos futuros desses cientistas.

^{vii} É amplamente reconhecido que Portugal apresenta algumas vantagens comparativas decorrentes, paradoxalmente, do clima político adverso vigente durante quase meio século, o qual suscitou, sub-repticiamente, uma grande robustez epistemológica (Almeida, 1990; Costa, 1988; Nunes, 1988; Pinto, 2004). É lícito pressupor que talvez resida aí uma das razões mais favoráveis para a instauração de um «pluriparadigmatismo de convivência», ou seja, que não se tenha adoptado qualquer orientação paradigmática tendencialmente exclusiva.

^{viii} A este respeito, importa indicar que o ICS – por vezes em consórcio com o ISCTE – integrando as equipas do *International Social Survey Programme*, do *European Social Survey* e *European Value Study*, constitui um laboratório profundamente estruturador do campo e da agenda da sociologia em Portugal, pois está inserido em redes internacionais, nelas encontrando o seu principal ímpeto de desenvolvimento.